

Presidente deve arbitrar discordância, diz Vannuchi

ANA FLOR

DA REPORTAGEM LOCAL

Emperrada pela divergência entre o Ministério da Defesa e o de Direitos Humanos, a proposta de criação de uma Comissão da Verdade, divulgada na última semana, passou por um longo debate e só saiu com o arbítrio do presidente Lula.

Em entrevista à **Folha**, concedida no dia 22 —o mesmo em que o ministro Nelson Jobim (Defesa) e os comandantes das Forças Armadas procuraram Lula para protestar—, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) citou os pontos de discordância e disse que sua pasta precisou abrir mão de pontos de vista: “A redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho”. Leia os principais trechos da entrevista.

★

FOLHA - Na negociação, no governo, da criação da Comissão da Verdade, sua pasta abriu mão de posições, como ter de concordar com o envio do texto ao Congresso?

PAULO VANNUCHI - Não é verda-

de de que eu não queria que a Comissão da Verdade passasse por projeto de lei. Para mim é indispensável que seja um projeto de lei. Eu concordo que um programa desses [a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos] sempre envolve composição. Eu cheguei a dizer “olha, a redação não é a que eu faria se pudesse decidir sozinho”. [O texto] evidentemente terá pontos de discordância de outros ministros. Na ação de governo é isso, o presidente equilibra e arbitra.

FOLHA - Há polêmica dentro do governo sobre o que fazer com os resultados da Comissão da Verdade, se deve-se levar pessoas à Justiça?



Estou junto com as famílias [dos desaparecidos] na exigência de que haja processamento, embora tenha diferenças de enfoque. [Mas] Não acho que cada torturador tenha que apodrecer na cadeia

PAULO VANNUCHI

ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos

VANNUCHI - O Judiciário examinar os casos que saírem da comissão é um objetivo, entre vários. Os outros são o resgate da memória, da verdade. Divulgação para as novas gerações conhecerem o que aconteceu, para que o país solidamente esteja prevenido contra qualquer risco de reedição.

FOLHA - As buscas no Araguaia evidenciaram diferenças entre sua área e o Ministério da Defesa.

VANNUCHI - Houve uma primeira distância, mas acabou havendo uma decisão também presidencial de entendimento. O problema de origem que existia, e permanece, é que eles não obtêm informações direta-

mente de oficiais que comandaram aquela operação anti-guerrilha, que estão vivos, que podem ser localizados, que deveriam se convencer a falar pelo bem do Brasil.

FOLHA - Qual sua posição pessoal sobre o que deveria ocorrer com agentes do Estado responsáveis por violações durante a ditadura?

VANNUCHI - Minha opinião pessoal é que eles devem ser processados, que haja processamento judicial, que sejam condenados. Por exemplo, o coronel [reformado do Exército Carlos Brilhante] Ustra foi condenado em primeira instância da Justiça Cível. Ele é declarado torturador, seu nome fica registrado numa sentença judicial como torturador, responsável pela morte sob tortura de tal pessoa. Para mim, isso quebra o maior problema —a impunidade. Se o Judiciário considerar que essa pessoa tem de ir para a cadeia também, eu confesso que não vou protestar. Mas meu empenho não é esse. É preciso criar o maior consenso possível.